

SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA

Vivianne de Moura Brandão¹; Christiane dos Santos de Carvalho¹; Adriana Crispim de
Freitas²

¹Graduanda em Enfermagem; Universidade Federal do Maranhão;
vivianne_brandao@hotmail.com; christiane.sc@hotmail.com

²Doutora em Engenharia Química; Universidade Federal do Maranhão;
adrianaufma@gmail.com

RESUMO

O Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes, desenvolve uma pesquisa intitulada “Percepção de Riscos e Análise das Condições de Saúde de Indivíduos em Situação de Rua do Município de Imperatriz” com objetivo de identificar principais problemas relacionados à saúde. Assim o presente estudo objetiva apresentar resultados parciais da pesquisa em questão, desenvolvida entre os meses de março a novembro de 2016, de forma a avaliar as condições de saúde da população em situação de rua através de questionários semi-estruturados, seguido de entrevistas com a população estudada. Constatou-se que os moradores em situação de rua possuem agravos de saúde, necessitando de estratégias especiais que permitam o acompanhamento por profissionais da área da saúde, visando uma abordagem aprazível, pois se trata de uma população sem residência fixa e com vulnerabilidade social.

PALAVRAS-CHAVES: Indivíduos em situação de rua. Vulnerabilidade. Fatores de risco.

INTRODUÇÃO

Vítimas dos processos sociais, políticos e econômicos, a população em situação de rua é definida como grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento (BOTTI et al., 2010).

Viver na rua não é uma opção individual, existem fatores que podem levar os indivíduos a viverem nesta situação, como a falta de emprego, vícios, doenças, perdas, entre outros. Como consequência, muitos passam por dificuldades, sofrem preconceito, violência verbal e física, vítimas da desumanização e descaso social.

A Constituição Federal no artigo 196, afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido a estes, políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Assim, na tentativa de atender a indivíduos que necessitam de saúde simplesmente por serem indivíduos e fazerem parte de “um todo”, em 2009 foi instituído a Política Nacional para população em Situação de Rua, que dentre outros objetivos, tem o acesso amplo à saúde assegurado a esta população (DÍAZ, et al., 2009).

Diante disso, a pesquisa intitulada “Percepção de Riscos e Análise das Condições de Saúde de Indivíduos em Situação de Rua do Município de Imperatriz” tem como objetivo avaliar as condições de saúde em que se encontram a população em situação de rua. Para tanto, foi firmada uma parceria com o programa Consultório na Rua, a fim de analisar o quadro clínico inicial dos pacientes atendidos, o manejo terapêutico realizado e segmento dos pacientes, e a partir disso, realizar ações de intervenção visando emponderar os moradores de rua acerca de suas condições de saúde.

REVISÃO DE LITERATURA

O uso da rua como local de moradia de permanência configura um caso de alta vulnerabilidade social. Apesar da maioria dessas populações nas diversas cidades brasileiras, ser composta pelo sexo masculino, esse fato é mais agravante para as mulheres. Desse modo, a vulnerabilidade se às circunstâncias concernentes à sua condição de gênero, como violência física, psicológica, abuso sexual, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada e/ou indesejada (BRASIL, 2012).

Além disso, hipertensão, diabetes mellitus e doença pulmonar obstrutiva crônica, entre outras, são agravos comuns de ocorrerem na população de rua, geralmente em virtude dos hábitos de vida, com elevada prevalência dentre outras, o tabagismo e a alimentação inadequada, tais doenças podem se apresentar em idade mais precoce nesses indivíduos. Além do tabagismo, outros hábitos contribuem pelo agravamento de diversas condições que impactam diretamente na capacidade de sobrevivência na rua (TEIXEIRA, 2012).

Outro problema para esta população é o desinteresse em procurar atendimento em serviços públicos de saúde, mesmo com uma lesão grave. E está relacionada ao receio de entrar nesses estabelecimentos por estar em situação de rua e usar drogas (SILVA, 2013).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, exploratório, descritivo e bibliográfico, com a leitura e análise de trabalhos já publicados, buscando relacionar os seus resultados com os da presente pesquisa. Quanto a coleta de dados, está sendo realizado da aplicação de um questionário semiestruturado, distribuídos aleatoriamente, entre os meses de julho a novembro de 2016, no Município de Imperatriz - MA.

Assim a presente pesquisa foi realizada com sete participantes, como critério de inclusão, foram entrevistados indivíduos etária acima de 18 anos de idade, independente de cor/raça, credo, escolaridade e condição de saúde, que estejam cadastrados no centro de referência especializados em pessoas em situação de rua e Programa do Ministério da Saúde: Consultório na Rua. Em relação aos critérios de exclusão do estudo, não foram entrevistadas pessoas em situação de rua que responderam parcialmente o questionário ou que apresentem visível alteração da lucidez que possam no julgamento do examinador, prejudicar a qualidade das informações.

A análise dos dados esta sendo elaborada com base na fundamentação teórica da pesquisa bibliográfica, as observações feitas in loco, levando em conta os dados obtidos através do questionário respondido. Para a análise descritiva quantitativa e estatística dos resultados, será empregado o Software Statistical Package for the Social Sciences® (SPSS) versão 18, onde se empregará medidas de tendência central, de dispersão e distribuição de frequências, média e desvio padrão (DP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As amostras estudadas revelaram que a maioria dos moradores em situação de rua na cidade de Imperatriz – MA possuem algum problema de saúde (57,14%). Porém, nenhum dos entrevistados relatou possuir deficiência física. Já 71,43% dos participantes afirmaram não estarem inseridos em alguma prática ou ação de saúde (Tabela 1). Segundo Roupp (2015), o fato de não estar inserido em prática ou ação de saúde é explicado pela falta de interesse em procurar atendimento em serviços públicos de saúde, por se sentirem receosos em entrar nesses estabelecimentos.

Fonte: autor.

Tabela 1- Aspectos de saúde de moradores em situação de rua do município de Imperatriz-MA

	Tem algum problema de saúde?	Possui alguma deficiência física?	Faz uso de algum medicamento?	Está inserido em alguma prática ou ação de saúde?
SIM	57,14%	0%	57,14%	28, 57%
NÃO	42, 86%	100%	42, 86%	71, 43%

Dentre os entrevistados, 57,14% afirmaram possuir problemas de saúde. As doenças relatadas são diabetes, catarata e problemas cardiorrespiratórios, demonstrando compatibilidade com os resultados do estudo realizado por Candiani (2012) que afirma serem estes agravos comuns na população de rua.

Quando questionados sobre uso de algum tipo de medicamentos, 57,14% afirmaram que fazem uso, enquanto 42,86% afirmaram que não utilizam. Dos 57,14% que afirmaram fazer o uso de medicamentos, sendo anti-inflamatórios, antibióticos e remédios controlados os mais relatados pelos entrevistados. Nesse sentido, o uso de medicamentos que necessitam de receita médica, evidenciou que estes indivíduos possuem acompanhamento por profissionais da área da saúde (FOELLMER,2013).

As condições de saúde exercerão substancial influência no processo de adoecimento dos moradores de rua, podendo ocasionar redução da imunidade e aumento da exposição aos patógenos, com significativa elevação da incidência de doenças infecto parasitárias (BRASIL, 2010).

CONCLUSÃO

Verifica-se a necessidade de atuação mais representativa de políticas públicas voltadas para a referida população. Os dados aqui representados podem subsidiar o planejamento de ações voltadas ao grupo e que contemplem sua necessidade. Apesar de ainda está em andamento, a presente pesquisa já demonstra representatividade e significância, sugerindo a continuação da mesma.

Como aponta os resultados, os moradores em situação de rua, em sua maioria, possuem problemas de saúde, necessitando assim de acompanhamento multiprofissional. A não adesão de tal população a programas ou ações de saúde aponta para a necessidade de criar estratégias para atrair tal grupo, conhecendo o porquê da não adesão e assim envolve-los em planos de cuidados especiais e adequados, atentando para a realidade do grupo, que se trata de

uma população que não reside fixamente em um local, migrando com facilidade, o que torna o acompanhamento destes complicado.

Além disso, se faz necessário a inserção de práticas de educação em saúde adequadas a realidade desses indivíduos, a fim de estimular o auto cuidado, a adesão aos tratamentos de saúde, tornando-os atores no processo de construção de sua própria saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**, 2012.

BOTTI, Nadja Cristiane Lappann et al. Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 59, p.10-16, 10 fev. 2010.

DÍAZ, Félix et al. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. EDUFBA, 2009.

FEDERAL, Constituição. **(Artigos 196 a 200): Seção II DA SAÚDE**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaofederal.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

FOELLMER, Lilian; DE OLIVEIRA, Karla Renata; MOREIRA, Angélica Cristiane. Uso Racional de medicamentos: Prioridade Para a Promoção da Saúde. **Revista Contexto & Saúde**, v. 10, n. 18, p. 53-62, 2013.

JURÍDICOS, Presidência da República Casa Civil Subchefia Para Assuntos. **DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SILVA, Felicialle Pereira da. **As Práticas de Saúde das Equipes dos Consultórios de Rua**. 2013.

TEIXEIRA, Rosária de Campos. **Enfermeiros com doença crônica**. 2012.